

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM
ADMINISTRAÇÃO SOBRE A PREVIDÊNCIA BRASILEIRA:
META-AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO NOS EVENTOS DA ANPAD

ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION
IN ADMINISTRATION WITHIN THE
BRAZILIAN PENSION SYSTEM: A META-EVALUATION OF
THE PRODUCTION IN THE ANPAD EVENTS

Recebido em: 27/05/2014 • Aprovado em: 12/08/2014
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Editora Científica: Manolita Correia Lima

LARA LÚCIA DA SILVA *laraluciads@gmail.com*

THIAGO TEIXEIRA DE MELO DA COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

LAURA LOREDANA CRISÓSTOMO NOBRE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

RESUMO

O trabalho objetiva levantar a produção técnico-científica sobre a Previdência Brasileira nos eventos da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) no período de 1997 a 2011, buscando identificar se o sistema previdenciário tem sido discutido no âmbito da administração. O delineamento metodológico utilizado foi a meta análise (LUIZ, 2002). Por meio da busca por palavras chaves como *previdência*, *social* e *fundos de pensão* foram encontrados 33 artigos que abordavam o tema Previdência, cujos conteúdos foram categorizados segundo os seguintes critérios: distribuição anual dos artigos e dos eventos, autores, unidades federativas dos autores e do evento, abordagem metodológica, tipos de regimes, pesquisadores mais citados, publicação em periódicos e déficit da Previdência. Verificou-se que há mais publicações nos eventos do EnANPAD e não há predominância de nenhuma abordagem metodológica, além de um enfoque maior dos estudos em relação aos regimes complementares de previdência. Os resultados evidenciam a carência de estudos sobre Previdência Social devendo, pois, abordar mais profundamente questões relevantes para o contexto da administração pública. O artigo também evidencia as principais estratégias utilizadas pelos pesquisadores, norteando os demais estudiosos para preencher as lacunas teórico-metodológicas na área, a fim de aumentar as pesquisas que subsidiem o governo na tomada de decisão em relação às políticas previdenciárias.

Palavras-chave: Administração Pública; Previdência Brasileira; Meta análise; ANPAD.

ABSTRACT

The paper aims to identify the scientific-technical production on the Brazilian Pension System at ANPAD (National Association of Graduate Studies and Research in Administration) events, for the period 1997 to 2011, and consequently determine how the pension system has been discussed within the context of administration. The methodological process used was meta-analysis (LUIZ, 2002), thus it is a descriptive study. By searching for keywords such as security, social and pension funds, 33 papers on the pension system were identified and their contents were categorized according to: annual distribution of papers and events, authors, federal state of the authors and event, methodological process, types of regimes, most cited researchers, publication in journals and social-security deficit. It was found that there are more publications in EnANPAD events, no predominance of any methodological approach and a greater focus on studies on private pensions. Overall, the results showed a lack of studies on social security in Brazil indicating that issues relevant to public administration need to be investigated further. The paper also highlights the main strategies used by researchers, guiding other scholars to fill the theoretical and methodological gaps in the area so that more studies can be conducted to support the government in making pension policy decisions.

Keywords: Public Administration; Brazilian Pension System; Meta analysis; ANPAD.

INTRODUÇÃO

O tema Previdência seja de caráter público ou privado tem aparecido constantemente na mídia em geral e também na literatura especializada, principalmente em decorrência das constantes reformas que o sistema tem passado, devido à crise fiscal intensificada nas últimas décadas.

Com o aumento do número de publicações científicas em várias áreas do conhecimento, tem-se observado o aumento do interesse dos pesquisadores em elaborar uma avaliação crítica a respeito dessas publicações científicas, a fim de avaliar não só a quantidade, mas também a qualidade dos estudos que são publicados no Brasil. Esse estudo é conhecido como meta-análise, definida por Luiz (2002) como sendo um resumo de pesquisas sobre um determinado assunto, apresentando um destaque maior em conclusões quantitativas. De modo geral, esses estudos caracterizam-se por identificar o número de artigos por instituições, o número de autores mais citados, os procedimentos metodológicos mais utilizados, bem como a classificação do referencial teórico (HOCAYEN-DA-SILVA; ROSSONI; FERREIRA, 2008).

Apesar de este método poder ser aplicado em diversas áreas do conhecimento, Hocayen da Silva, Rossoni e Ferreira (2008) mostram que algumas áreas ainda não foram contempladas ou foram abordadas de forma superficial, como é o caso da área de administração pública. A produção científica em Administração Pública abrange uma enorme variedade de temas. Fleury *et al.* (2003) identificaram como temas mais frequentes na produção da Revista de Administração Pública (RAP) nos anos compreendidos entre 1992 e 2002: Estudos Organizacionais; Modernização e Reforma Administrativa/do Estado; Gestão Hospitalar e Serviços de Saúde; e Gestão Pública. Por sua vez, Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira (2008) elencaram como grupos temáticos mais frequentes do Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD), promovido pela Associação Nacional de Pós Graduação em Administração (ANPAD), a Gestão Pública e Governança; Políticas Públicas; e Gestão Social e Ambiental. Diante disso, nota-se que algumas áreas ainda não foram contempladas com tais estudos, como é o caso da Previdência Brasileira que

tem sido alvo de constantes discussões acadêmicas e políticas, resultando em reformas que tiveram início nos anos 1960 com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) e que perduram até os dias atuais com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP). Sendo assim, questiona-se: o que tem sido pesquisado sobre Previdência pela comunidade científica em administração? Como tem sido tratado metodologicamente este tema nas pesquisas científicas da área? Quais aspectos da Previdência e os tipos de regimes mais abordados nestas pesquisas? Quais são os autores mais citados e quais possuem mais publicações sobre o tema? As publicações têm retratado a questão do déficit na Previdência? Enfim, qual o alcance e a natureza do que tem sido produzido no meio acadêmico, especificamente na área de administração, sobre Previdência? Diante dessas questões, o objetivo principal deste artigo consiste em analisar os artigos já publicados nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) nos anos de 1997 a 2011, com o intuito de verificar o que tem sido publicado sobre a Previdência no contexto brasileiro, a fim de compreender melhor as necessidades de pesquisa sobre o tema na área de administração. A escolha da ANPAD se deu tendo em vista o consistente trabalho que esta associação tem promovido no ensino, na pesquisa e também na produção do conhecimento no campo das ciências administrativas e contábeis no Brasil.

Este estudo justifica-se em função de não ter sido realizada ainda uma meta-análise das publicações científicas sobre a Previdência nos eventos realizados pela ANPAD e outros tipos de eventos, contribuindo para evidenciar o percurso e as estratégias que estão sendo utilizadas pelos pesquisadores da Previdência e nortear os demais pesquisadores para as possíveis necessidades de trabalhos futuros na área.

O presente artigo está dividido em cinco seções, sendo esta introdução, uma breve abordagem sobre a Previdência no Brasil, os procedimentos metodológicos e, por fim, os resultados e as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A PREVIDÊNCIA SOCIAL E PRIVADA NO BRASIL

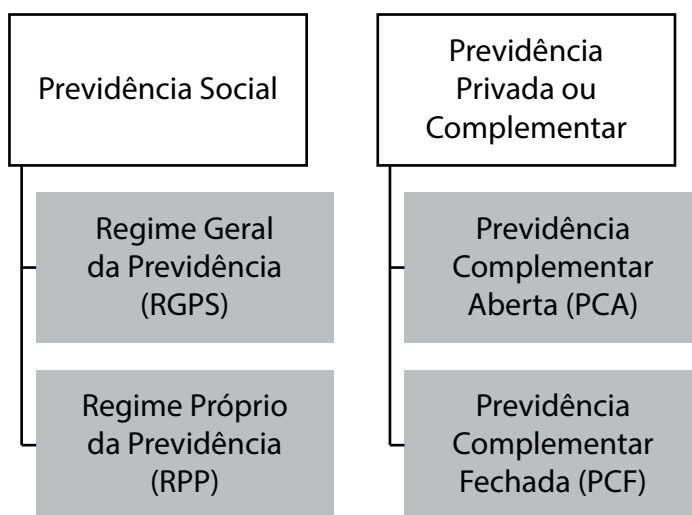
O seguro social surgiu no Brasil nas primeiras décadas do século xx, quando empregados de uma mesma empresa, sem a participação do poder público, instituíram fundos de auxílio mútuo, nos quais também o empregador colaborava, de forma a garantir meios de subsistência quando não fosse possível se manter com a atividade laboral por motivos de doença ou mesmo velhice (BATICH, 2004). No entanto, o governo interviu nestas questões trabalhistas em 1923 com a promulgação da Lei Eloy Chaves, determinando a criação de uma Caixa de Aposentadorias e Pensões – CAP, primeiramente para os trabalhadores de ferrovias e, depois, para outras classes de trabalhadores, como os marítimos e comerciantes. Para muitos autores, esse foi o marco inicial e importante para a evolução da Previdência no país (BATICH, 2004; PEREIRA JR., 2005; SILVA, 2010).

Em relação ao objetivo principal da Previdência, segundo Batich (2004), este consiste em assistir com recursos financeiros a população adulta quando afastada do mercado de trabalho, por motivos alheios à sua vontade, como doença, invalidez e idade avançada. Assim, o sistema brasileiro de previdência tem como função básica a proteção do indivíduo e sua família contra os riscos de morte, doença, invalidez, idade, desemprego e incapacidade econômica em geral.

Todavia, a Previdência Social, na sua concepção inicial, não conseguiu abranger todas as categorias profissionais, deixando desprotegidos os autônomos, os profissionais liberais, os empregados domésticos e também os trabalhadores rurais. Desde então, de acordo com Beltrão *et al.* (2004) esses profissionais se organizaram em sociedades mutuárias, com o objetivo principal de obterem segurança e cobertura social, surgindo, assim, as primeiras Caixas de Pecúlios e as Sociedades de Mútuo Socorro, atualmente conhecida como Previdência Complementar. No entanto, a regulamentação da previdência complementar só ocorreu na década de 1970, com a expansão das grandes empresas estatais e criação de seus fundos de pensão.

O sistema de previdência brasileiro baseia-se em três pilares: a Previdência Social Básica, compulsória e financiada pelo Estado, quer seja por meio do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), responsável pela cobertura dos trabalhadores do setor privado, quer por meio dos regimes próprios que cobrem o funcionalismo público das várias esferas (Judiciário, Legislativo e Executivo) e dos vários níveis administrativos (federal, estadual e municipal), e a Previdência Complementar voluntária, subdividida em Previdência Complementar Fechada e Previdência Complementar Aberta, como mostra a Figura 1.

Figura 1 Estrutura da Previdência no Brasil



O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) abrange os trabalhadores do setor privado, os trabalhadores domésticos, os autônomos, assalariados, os servidores públicos municipais que não foram para o Regime Próprio e os servidores públicos estaduais. Já o Regime Próprio abarca os servidores públicos do ente federativo que o tenha instituído, com teto e subtetos definidos pela Emenda Constitucional nº 41/2003. O Regime da Previdência

Complementar é constituído pelos fundos de pensão patrocinados por empresas privadas ou estatais (previdência complementar fechada) e pelas entidades abertas de previdência complementar.

A Previdência Fechada é considerada complementar ao sistema oficial de Previdência e Assistência Social. A constituição depende da autorização da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), sendo esta subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). O órgão normativo do sistema é o Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e o órgão executivo é a SPC. Já a Previdência Aberta é integrada ao Sistema Nacional de Seguros Privados. A sua constituição depende da autorização do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo este subordinado à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ambos vinculados ao Ministério da Fazenda (BELTRÃO *et al.*, 2004).

Um debate constante que tem ocorrido no contexto da Previdência tem sido a questão do déficit previdenciário (GIAMBIAGI *et al.*, 2004; GIAMBIAGI, 2007). Na visão de Giambiagi (2007), a despesa previdenciária do INSS aumentou de 2,5% do PIB em 1988 — ano de aprovação da “Nova Constituição” — para quase 5% do PIB em 1994 — quando foi lançado o Plano Real — e 7,3% do PIB em 2004 e, para Calazans *et al.* (2013), em 2009, este valor passou para 4,3% do PIB para o RGPS e 7,2% do PIB para o RPPS.

As razões desse fenômeno estão ligadas à benevolência das regras de aposentadoria, ao impacto do aumento real do salário mínimo e ao baixo crescimento da economia. De acordo com Caetano (2006), o sistema previdenciário brasileiro é um dos mais desequilibrados do mundo. O autor comparou as regras para a concessão e correção dos valores com aposentadoria de outros 112 países e concluiu que, no Brasil, a Previdência, apesar de cobrar uma das maiores alíquotas de contribuição, é uma das que mais precisa de financiamento – o déficit anual de todo o sistema é superior a R\$ 85 bilhões ou mais de 4% do PIB. Para Caetano (2006), o desequilíbrio é culpa, entre outras coisas, da indexação de 2/3 dos benefícios ao salário mínimo, da aposentadoria integral para servidores públicos e do uso das aposentadorias como forma de distribuir renda para a população mais carente.

Em decorrência da importância dos aspectos atuariais para a Previdência Social brasileira, alguns estudos foram realizados na tentativa de mostrar que o resultado financeiro da Previdência Social, mais especificamente do RGPS, pode ser influenciado por fatores que afetam diretamente os componentes de receitas, benefícios e saldos previdenciários (ALÉM; GIAMBIAGI, 1997; CORDEIRO, 2006; LEITE; JÚNIOR; KOTZLE, 2010,). O estudo de Leite, Júnior e Kotzle (2010), por exemplo, traz aspectos relacionados com as variáveis que influenciam o resultado da Previdência Social brasileira, que às vezes apresenta contas deficitárias. No entanto, outros autores, como Ribeiro e Ribeiro (2001) e Silva (2004), afirmam que não existe déficit na previdência, porque é preciso, de acordo com os preceitos legais, computar nas receitas as contribuições sociais criadas com a finalidade de financiar a Seguridade Social. Dessa forma, se computar R\$ 45 bilhões da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), quase R\$ 9 bilhões de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), já não há déficit. Com isso, evidencia-se que é necessário voltar às atenções para a questão do déficit da Previdência, já que é um assunto que gera controvérsias entre os estudiosos, além de representar um grande problema para as contas da União.

Além disso, outra questão que tem sido discutida por diversos autores (VIANNA, 2005; MONNERAT; SENNA, 2007; SANTOS, 2009; IBRAHIM, 2011) refere-se ao afastamento do vínculo contributivo da previdência por meio de programas assistenciais e de transferência de renda, como é o caso dos trabalhadores rurais que não contribuem com o sistema previdenciário, porém têm direito aos benefícios, acentuando ainda mais o caráter distributivo da previdência. Outra problemática avistada por Santos (2009) é de natureza demográfica, dado o envelhecimento da população que, por sua vez, decorre da redução da taxa de fecundidade e do aumento da expectativa de vida. Além do envelhecimento, há uma diminuição das taxas de crescimento populacional, tendo uma taxa média de 3% no decênio 1960-70, diminuindo para 1,2% no decênio 2000-2010, devendo chegar a 1% entre 2010-2020. O comportamento do mercado de trabalho também tem vinculação direta, já que é o montante das contribuições dos trabalhadores e das empresas que gera

receita, o avanço da tecnologia que libera mão de obra e as privatizações que resultam em redução de quadros funcionais.

No entanto, apesar de todos estes problemas enfrentados pela Previdência Brasileira, não se pode negar que, conforme Santos (2009), o RGPS constituiu-se em um dos maiores programas de previdência do mundo, sendo, pois, um importante instrumento de combate à pobreza, embora represente um peso significativo para as finanças públicas. Favoni (2001), assim como França (2004), Santos (2009) e Reis (2012) ainda destacam o impacto social e econômico do RGPS, constituindo-se em um distribuidor pessoal e regional de rendas, uma vez que representa, para mais de 2000 municípios, um terço do total brasileiro, mais que o repasse do Fundo de Participação Municipal (FPM), movimentando o comércio e a economia local.

Dessa forma, percebe-se que a Previdência brasileira necessita ainda de mudanças que possam dotar o sistema de maior eficiência e equidade em relação à observância dos fatores econômicos e sociais, promovendo um maior controle gerencial e fiscal do processo de concessão de benefícios previdenciários, para que seja possível em termos de justiça e bem estar, garantir qualidade de vida digna aos cidadãos, atendendo ao seu propósito final de proteção e ajuda social. .

O CAMPO DE ESTUDOS EM PREVIDÊNCIA

As instituições previdenciárias têm a função de proteger social e financeiramente o indivíduo, melhorando a qualidade de vida e promovendo o seu bem estar. Neste contexto, a Previdência tem sido discutida sob diversos vieses teórico-metodológicos, abarcando diferentes áreas do conhecimento que se ocupam em desenvolver debates a fim de entender sua evolução, formação e desenvolvimento. O campo de estudos em Direito, dentre suas diversas ramificações, possui uma área específica para o tema, denominada Direito Previdenciário. Nela abordam-se aspectos normativos e legais no que se refere aos benefícios e as contribuições previdenciárias, apresentando uma doutrina que acompanha as modificações legais incorridas na Previdência, principalmente com as reformas que vem ocorrendo ao longo dos anos, abarcando não só a Previdência Social, mas

também a Complementar. Alguns autores contemporâneos têm se dedicado ao estudo do tema, como é o caso do Ibrahim (2011) que traz aspectos relativos à Seguridade Social, regras de concessão de benefícios e custeio. Ferraro (2010), por sua vez, já especifica seus estudos nos diferentes Regimes de Previdência (Regime Próprio e Regime Geral de Previdência Social), nas Emendas Constitucionais, bem como alguns aspectos legais concernentes ao equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência. Tsutiya (2011) e Castro e Lazzari (2012) também estudam o tema com vistas a esclarecer os direitos e deveres dos contribuintes.

Na área de Administração Pública, apesar de ser um ramo do conhecimento recente e ainda buscar sua identidade própria e independência da área de administração de empresas (FISCHER, 1984), tem direcionado seus estudos a compreender mais sobre a atuação da Previdência enquanto instituição pública capaz de prover o bem estar social e a qualidade de vida dos seus cidadãos. Neste campo, tenta-se compreender, de que forma o Estado ao longo dos anos se relacionou por meio da Previdência com seus cidadãos, evidenciando as implicações deste relacionamento para a sociedade. Neste sentido, Albuquerque e Oliveira (2012) têm desenvolvido trabalhos sobre o controle social, a transparência, governança e governo eletrônico no âmbito da Previdência Social dos Servidores Públicos, indo ao encontro com os novos modelos de administração pública, que propõem o aumento da participação popular na formação e implantação de políticas públicas. Reis, Silveira e Braga (2013) abordam como a Previdência Social pode impactar no desenvolvimento socioeconômico dos municípios de pequeno porte, enquanto que Calazans *et al.* (2013) Caetano (2006), já se ocupam da gestão do Regime Próprio e sua política regulatória, sua evolução, aspectos legais, regulação social, unidade gestora, dentre outros aspectos.

O campo de Ciências Contábeis e Econômicas já retrata um viés financeiro da Previdência. Com base em uma perspectiva mais micro, no caso da contabilidade, há um esforço para compreender as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades previdenciárias, por meio de estudos na área de gestão de custos e investimentos (RABELO, 2001), de ativos e passivos previdenciários (SCHYMURA; LANNES; PERDIGÃO, 2001). Ainda

no campo contábil, verificam-se alguns estudos sobre controladoria, em que um dos objetos estudo é Previdência Complementar, como é o caso de Fernandes (2000), Oliveira e Ponte (2005) e Maciel (2013), que analisam a importância da atividade de controladoria na previdência complementar e o seu papel dentro do modelo de governança. Neste mesmo sentido, o campo das Ciências Atuariais, também tem realizado vários estudos previdenciários, com o intuito de compreender os riscos e as expectativas financeiros e econômicos, principalmente no que tange à administração de seguros previdenciários. De acordo com Juliano (2005), as metodologias mais utilizadas são baseadas nas teorias econômicas, envolvendo manipulação de dados. Por sua vez, na área da Economia, há uma preocupação em entender como fatores econômicos podem afetar a situação financeira da previdência e seu equilíbrio atuarial em longo prazo, como foi o estudo de Leite, Júnior e Kotzle (2010), além de tentar compreender o impacto das reformas e do fator previdenciário na sustentabilidade dos regimes, bem como verificar os impactos distributivos da Previdência na vida econômica dos beneficiários (AFONSO; FERNANDES, 2005; GIAMBIAGI; 2007; SANTOS, 2009). É importante destacar que a área da economia tem tido um grande papel no estudo das políticas previdenciárias. De acordo com Melo e Azevedo (1998), nas últimas décadas tem sido expressivo o número de especialistas em análise econômica da previdência social e da seguridade, substituindo a elite burocrática tradicional que até então se empenhava nos estudos previdenciários, como é o caso de Anníbal Fernandes, Celso Barroso, etc.

A Ciência Política já busca entender de que forma as tendências político-partidárias podem afetar a evolução e estrutura previdenciária, bem como as participações sindicais e políticas na previdência, como é o caso do estudo de Silva (2004). Para Melo e Azevedo (1998), a Previdência enquanto arena política possui um conjunto de especificidades, principalmente quando se analisa sob uma perspectiva de uma reforma constitucional, uma vez que envolve elegibilidades, custos de decisões de política, já que são políticas altamente centradas nos indivíduos e com caráter intertemporal (diferente entre contribuição e elegibilidade). Os autores salientam também que por ser uma política de transferência de riscos entre grupos, envolve várias

disputas políticas com interesses divergentes, dentre eles os empresariais, na perspectiva capital *versus* trabalho, em que os empresários lutam em prol da desoneração das contribuições previdenciárias, dos cidadãos e sindicatos pela melhoria dos benefícios e redução das contribuições.

O que se percebe é que, apesar de cada área se dedicar a um viés específico, muitas vezes elas acabam perpassando os limites de outras áreas para encontrar soluções para suas respostas e compreender a Previdência com base em uma visão múltipla e abrangente, inserida em um sistema complexo e dinâmico de proteção social.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado foi a meta análise. De acordo com Luiz (2002), meta análise se define como sendo uma síntese de pesquisas sobre um determinado tópico, apresentando um destaque maior em conclusões quantitativas. Para o autor, ela não representa uma técnica específica de análise de dados, mas sim “um paradigma a partir do qual o pesquisador adota um novo enfoque ao reunir resultados e conclusões alheias” (LUIZ, 2002, p. 409). Por outro lado, ela objetiva extrair informações de dados preexistentes pela junção de vários resultados e trabalhos e pela aplicação de técnicas estatísticas. Na visão de Armstrong (2001) citado por Menezes *et al.* (2011), a meta análise possibilita visualizar e buscar estudos relevantes sobre um determinado tema, codificar resultados, além de definir um resumo quantitativo desses trabalhos. Apesar de este método ser caracterizado muitas vezes por procedimentos estatísticos, Rodrigues (2009) aponta que ele também pode ser aplicado em abordagens qualitativas, na medida em que há uma caracterização descritiva interpretativa presente na identificação de determinadas categorias, semelhanças e diferenças em uma quantidade de estudos da mesma área, sendo conceituada como um processo descritivo. Pereira (2004) ainda discute as etapas a se seguir na utilização do método, que consiste na formulação do problema de pesquisa, na coleta e avaliação dos dados e apresentação dos resultados.

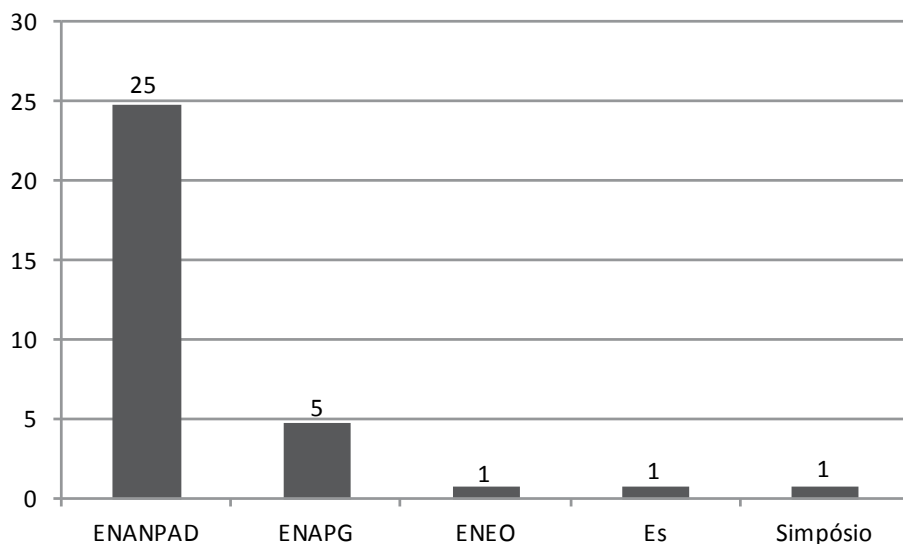
Quanto à estratégia, utilizou-se a pesquisa documental, sendo coletados artigos referentes à Previdência no Brasil nos eventos realizados pela ANPAD. De acordo com Moreira (2005), a pesquisa documental pode ser entendida como sendo um processo de levantamento, interpretação e verificação de documentos tendo um objetivo previamente determinado. Além disso, este estudo pode ser caracterizado como sendo descritivo e exploratório, pois além de expor as características sobre um determinado fenômeno, estabelece relação entre as variáveis e identifica aspectos ainda não explorados sobre o problema formulado (VERGARA, 2005).

O presente artigo buscou analisar os trabalhos científicos sobre a Previdência Social e Privada no Brasil nos anais de todos os eventos que

compõem a Associação Nacional de Pós Graduação em Administração (ANPAD). Optou-se por avaliar os trabalhos da ANPAD, uma vez que esta associação tem desenvolvido um consistente trabalho na promoção do ensino, da pesquisa e na produção de conhecimento dentro do campo das ciências administrativas, contábeis e afins no Brasil. Além disso, ela congrega programas de pós-graduação *stricto sensu*, representando os interesses das instituições filiadas junto à opinião pública e atuando como órgão articulador dos interesses dos programas perante a comunidade científica e os órgãos governamentais responsáveis pela gestão da educação, desenvolvimento científico e tecnológico.

A análise consistiu de anais publicados em 1997 até o ano de 2011, sendo o critério de seleção dos artigos as palavras *previdência*, *social* e *fundos de pensão* na opção de busca do site da Anpad e na ferramenta localizar do navegador. Por meio destas palavras chaves foi possível encontrar todos os artigos que fazem referência aos diversos tipos de regimes existentes e não só a Previdência Social. De acordo com Richardson (1999), palavras-chave são muito úteis para a identificação de textos ou gêneros científicos.

Pela busca foram encontrados 33 artigos sobre a Previdência distribuídos nos seguintes eventos: 25 artigos no Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD), cinco artigos no Encontro Nacional de Administração Pública e Governança (ENAPG), um artigo no Encontro de Estudos Organizacionais (ENEO), um artigo no Encontro de Estudos em Estratégica (3Es) e um artigo no Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 Quantidade de publicações por evento

Os artigos foram classificados segundo a abordagem metodológica utilizada, sendo qualitativo, quantitativo e qualitativo-quantitativo. Considerou-se estudo qualitativo como sendo aqueles ligados às razões subjacentes a situações e fatos descritos pelos próprios sujeitos de pesquisa (RICHARDSON, 1999) e os estudos quantitativos, como sendo aqueles que visam quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para a população de interesse (MALHOTRA, 2001). Existem ainda algumas pesquisas cujo enfoque requer uma metodologia quantitativa e qualitativa, exigindo, portanto, a complementaridade entre eles. Richardson (1999, p.79) acrescenta que se pode “reconhecer que a forma como se pretende analisar um problema é que, de fato, exige uma metodologia qualitativa ou quantitativa”. Ele também ressalta a possível complementaridade entre tais enfoques em termos de triangulação, conforme sugerem Lewis e Grimes (2005) e Vergara (2005).

Apesar de a meta análise se caracterizar pelo uso de métodos quantitativos, neste trabalho optou-se por utilizar em seu lugar a análise de conteúdo

categorial temática, tendo em vista a pequena quantidade de artigos encontrados. Para Bardin (2002), esta técnica consiste em operações de desmembramento do texto em unidades, isto é, descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação e, posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias. Com base nos artigos encontrados, foram estabelecidas seis categorias diferentes para a análise, sendo: Distribuição anual dos artigos e dos eventos, Autores, unidades federativas dos autores e do evento, Abordagem metodológica, Tipos de regimes, Pesquisadores mais citados e publicações em periódicos e Déficit da Previdência.

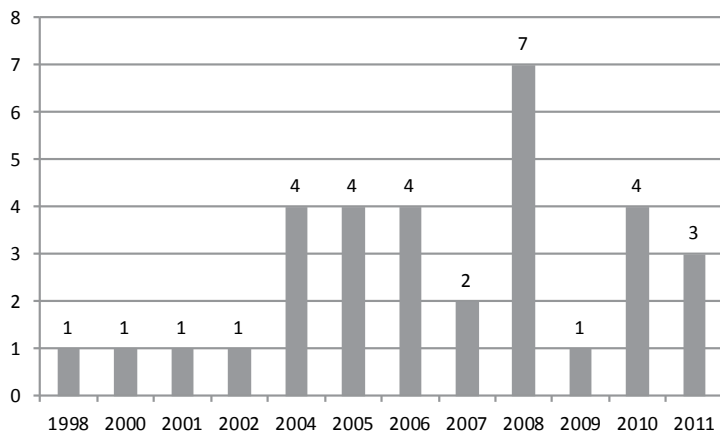
RESULTADOS

DISTRIBUIÇÃO ANUAL E POR EVENTO

O levantamento dos dados foi feito com base nos eventos realizados entre os anos de 1997 até o ano de 2011, tendo em vista que no momento da coleta dos dados alguns eventos em 2012 ainda não tinham sido finalizados. No entanto, observou-se que a primeira publicação sobre Previdência Social nos anais da ANPAD se deu no ano de 1998, trazendo aspectos sobre a reforma da previdência em contexto internacional, com base nas modificações ocorridas em suas formas de financiamento, com especial atenção para a transição do regime de repartição para o de capitalização. Este artigo já aponta a necessidade de alterações nas estruturas previdenciárias, o que acaba refletindo no âmbito brasileiro no final de 1998 e culminando na reforma promovida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998 que teve como um dos objetivos tornar o sistema previdenciário financeiramente mais equilibrado (GIAMBIAGI, 2007).

Apesar de o primeiro evento ter sido realizado no ano de 1997, os resultados mostram que somente após o ano de 2004 é que houve um aumento do número de publicações sobre o tema, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 Distribuição de artigos por ano



Com base no Gráfico 2, é possível identificar a evolução quantitativa das publicações na área, podendo ser reflexo da maior atenção dada à Previdência pelos pesquisadores de administração, principalmente com o ciclo de reformas promovidas pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, com vistas a debater os desafios recentes e futuros a serem enfrentados pela sociedade no que se refere à proteção previdenciária.

O evento que possui maior número de publicações é o ENANPAD, com 25 artigos publicados, (75,7%), sendo que destes, seis deles foram publicados no ano de 2008, ou seja, cerca de 24% dos artigos foram publicados neste ano. O motivo do maior número de publicações em 2008 pode ser em virtude das inúmeras mudanças promovidas no Regime Geral da Previdência Social (RGPS) realizadas no mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente em 2003 (Emenda Constitucional nº 20), 2005 (Emenda Constitucional nº 41) e também em 2008 (Emenda Constitucional nº 47) que, conforme Giambiagi (2007) teve como objetivo tornar o sistema viável financeiramente e ajustar regras consideradas benevolentes em relação a outros países. É importante destacar que o ENANPAD ocorre anualmente, enquanto que os demais eventos são bienais, além do fato do ENANPAD concentrar uma grande variedade de temas, tais como Administração Pública e Governança, Gestão e Políticas Públicas, Finanças, Contabilidade e Auditoria, que são propícios para debater assuntos relacionados com a Previdência. Em seguida, destaca-se o ENAPG, voltado exclusivamente para debater temas relacionados com a administração pública, apresentando cinco publicações (15,15% do total), sendo duas em 2010, uma em 2008, uma em 2006 e uma em 2004.

Com base nestes dados, verifica-se que no evento ENAPG, criado para intensificar o debate sobre temas importantes para o contexto da administração pública, a Previdência que constitui temática central no estudo da Administração Pública, dada a sua relevância para a manutenção de renda de grande parte da população brasileira e o seu papel redistributivo (MONNERAT; SOUZA, 2011), fica relegado para segundo plano. Além disso, destes cinco trabalhos, dois deles versaram exclusivamente sobre os fundos de pensão, diminuindo ainda mais a representatividade de trabalhos sobre a

Previdência no campo da administração pública. Os demais eventos tiveram apenas uma publicação na área da Previdência ao longo dos 15 anos.

AUTORES E UNIDADES FEDERATIVAS DOS AUTORES E EVENTOS

Nesta etapa buscou-se levantar os pesquisadores que mais publicaram trabalhos sobre a Previdência, sendo considerados os autores e coautores. Com base nesta análise, consideraram-se os autores que tiveram pelo menos dois trabalhos que abordavam algum aspecto sobre Previdência, tendo sido encontrados, portanto, 14 autores. Dentre eles, o autor que mais publicou artigos nesta área foi Luís Eduardo Afonso, com quatro artigos que tratam sobre as reformas previdenciárias no contexto nacional e internacional, o cálculo da alíquota de contribuição e uma proposta de criação de um sistema único de Previdência Social. Luiz Eduardo Afonso possui mestrado e doutorado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e pela Universidade de São Paulo, respectivamente, e cujo tema Previdência é um dos seus objetos de estudo. Já os pesquisadores Fontes Filho (A2, A8, A32), Capelo Júnior e Cardoso (A4, A9, A26) possuem cada um três publicações sobre a temática, apresentando, em sua maioria, artigos sobre a previdência complementar. Além disso, percebeu-se que pesquisadores que são referências no estudo sobre a Previdência como Fábio Giambiagi, por exemplo, possui apenas dois trabalhos publicados nos eventos nos últimos 15 anos, enquanto que, outros como Maria Lúcia Werneck Vianna não apresentou nenhum trabalho publicado.

Durante a pesquisa, observou-se que algumas instituições de ensino se destacam nas publicações sobre a Previdência nos eventos realizados pela ANPAD. Esses dados foram levantados com base nas instituições em que os autores estavam vinculados no período de publicação dos trabalhos ou quando esta informação não constava no site, foi feita uma busca no currículo *Lattes* para identificar em qual instituição eles estavam filiados. Da análise constatou-se que cinco dos 14 pesquisadores analisados são do estado do Rio de Janeiro (RJ) e cinco do Ceará (CE), seguidos de São Paulo (SP), com três autores e de Minas Gerais (MG) com um pesquisador. Dos cinco autores do RJ, dois deles estudaram na Universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ), dois na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e um da Fundação Getúlio Vargas. A UFRJ, por exemplo, possui linhas de pesquisas que estimulam o desenvolvimento de trabalhos da área da Previdência Social, tais como cursos *lato sensu* de Análise de Políticas Públicas, Controladoria e Gestão Pública e, principalmente, o curso de Formulação e Gestão de Políticas Sociais em Seguridade Social. Já em relação aos cursos *stricto sensu*, observa-se que as linhas Administração e Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento também facilitam a abordagem de temas como a Previdência. A Universidade Estadual do Ceará (UECE) conta com a presença de quatro pesquisadores, enquanto que a Universidade Federal do Ceará (UFC) é representada por um autor. A UECE também possui cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* favoráveis ao estudo previdenciário, como Administração, Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Políticas Públicas e Sociedade. A Universidade Federal de Viçosa (UFV), localizada no estado de Minas Gerais, possui uma autora que debate sobre a Previdência Social brasileira, na linha de pesquisa da Administração Pública.

Encontram-se, ainda, outras instituições de ensino, como a Universidade de Pernambuco (UFPE), a Faculdade Novos Horizontes (FHN), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG), a UNIGRANRIO e também órgãos, tais como o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Departamento Econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Sindicato dos Trabalhadores da Previdência Social do Estado de São Paulo que incentivam a publicação científica entre seus profissionais e pesquisadores sobre a temática da Previdência.

Além disso, observou-se também que a maior parte dos autores possui graduação nos cursos de Ciências Econômicas, Administração Pública, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, o que mostra uma similaridade destas áreas com o tema da Previdência.

Como forma de analisar a ligação entre as unidades federativas dos autores e dos eventos, levantou-se o local de origem do primeiro autor no período da publicação do seu trabalho, bem como o local em que o evento foi realizado. Os dados da Tabela 1 trazem informações referentes à unidade

federativa do primeiro autor dos artigos no momento em que o trabalho foi apresentado e à unidade federativa de realização do evento.

Tabela 1 Unidade Federativa do pesquisador e do evento

Artigo	UF do Pesquisador	UF do evento	Artigo	UF do pesquisador	UF do evento
A1	SP	PR	A18	SP	RJ
A2	RJ	SP	A19	SP	Rj
A3	BA	SP	A20	SP	RJ
A4	BA	PR	A21	RS	SP
A5	RJ	SP	A22	MG	RJ
A6	DF	SP	A23	SP	RJ
A7	SP	DF	A24	DF	RJ
A8	RJ	DF	A25	MG	RJ
A9	CE	DF	A26	MG	RJ
A10	MG	BA	A27	CE	RJ
A11	SP	MG	A28	Não especificado	SP
A12	DF	MG	A29	PB	BA
A13	DF	RJ	A30	RJ	ES
A14	RJ	RJ	A31	MG	ES
A15	RJ	RJ	A32	CE	BA
A16	MG	RJ	A33	DF	PE
A17	RJ	RJ			

Com base nestes dados, observou-se que dos 33 primeiros autores, apenas em três deles a Unidade Federativa coincide com a Unidade Federativa do Evento, como é o caso dos trabalhos A14, A15, A19 em que os primeiros autores são do estado do Rio de Janeiro e o evento também ocorreu no mesmo local. Com isso, pode-se notar que não há uma relação entre local do evento e local da realização da pesquisa, não apresentando a localidade do evento como fator de estímulo à pesquisa.

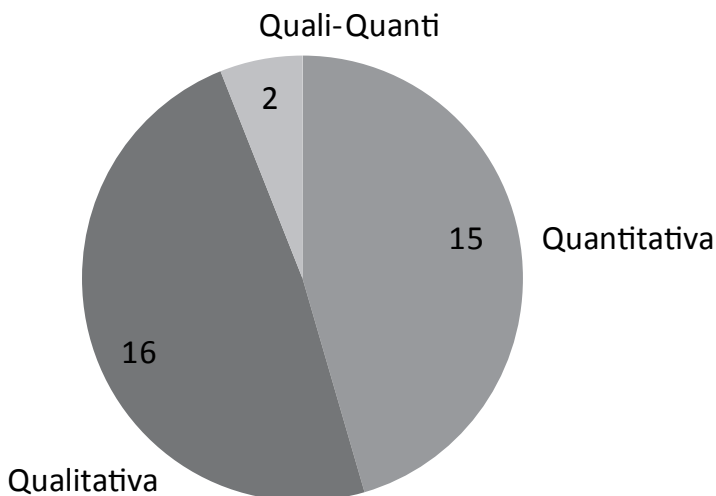
Ademais, com base nos dados da Tabela 1, o que se pode inferir é que, sob a perspectiva da divisão territorial, há uma concentração regional de pesquisas sobre a temática no Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e Nordeste (Ceará e Bahia), não havendo uma diversificação de

pesquisadores e universidades de outras regiões do Brasil que discutem a Previdência, já que foram poucas as representações nas regiões Sul e Centro Oeste.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Dos 33 artigos analisados, 16 deles (48,48%) usaram a abordagem quantitativa para encontrar a resposta do problema de pesquisa, 15 artigos (45,45%) utilizaram a abordagem qualitativa e os outros dois artigos (6,7%) optaram pela triangulação dos dados (abordagem qualitativa e quantitativa), como se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3 Abordagem metodológica utilizada nos artigos



O tema da Previdência muitas vezes encontra-se atrelado à área de conhecimento das Finanças Públicas e, por isso, muitas pesquisas acabam utilizando métodos quantitativos como a estatística e a econometria para explicar aspectos econômicos e financeiros da previdência. No entanto, esta análise evidenciou que os estudos qualitativos também têm sido relevantes e muito utilizados pelos pesquisadores como forma de atingir os seus objetivos e chegar aos resultados.

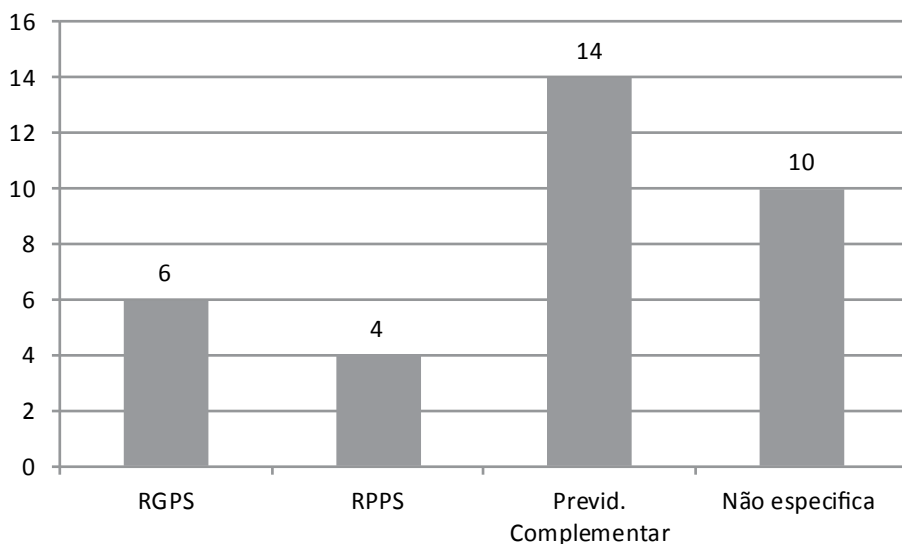
Dentre as técnicas de pesquisas, observou-se que na abordagem quantitativa foram utilizados métodos econométricos, tais como modelo cointegrado de Vetores Autorregressivos, teste de estresse, método de simulação, série sequencial de modelos *logit*, correlação de *Pearson*, regressão múltipla por mínimos quadrados ordinários e séries temporais, além dos testes de hipótese e análise de variância (ANOVA). Para isso, foram utilizados softwares como o SPSS, MATLAB e STATA. Para Gujarati (2006), econometria significa literalmente medida econômica e a utilização de métodos estatísticos visam aliar a teoria econômica com medidas concretas usando como ponte a teoria e as técnicas de inferências estatísticas.

Já em relação às técnicas qualitativas, foram utilizadas pesquisas documentais, estudos de caso múltiplos, pesquisa bibliográfica e de campo, método fenomenológico, interpretativo e pesquisa ação. Essa análise permitiu verificar, portanto, que apesar de ser pequena a diferença, a abordagem quantitativa tem sido mais utilizada nas pesquisas sobre a Previdência, já que esta faz parte, dentre outras áreas, dos estudos econômicos, onde mais se utiliza os modelos estatísticos e econométricos, mas que o viés qualitativo também tem conquistado seu espaço nas pesquisas sobre o tema.

TIPOS DE REGIMES

Conforme já citado anteriormente, a Previdência é estruturada em três regimes, sendo o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e a Previdência Complementar Aberta ou Fechada. De acordo com os dados apresentados no Gráfico 4, observou-se que dentre as 33 publicações, apenas seis delas, ou seja, cerca de 18%, abordam claramente aspectos do RGPS, enquanto que quatro (12%) falam sobre o RPPS. A Previdência Complementar aberta e fechada teve uma representatividade de 14 publicações, correspondendo a 42,42% do total. Os demais dez artigos não especificaram de maneira clara de qual regime tratava, podendo ser, muitas vezes, tanto o RGPS, quanto o RPPS, já que elas abordavam a Previdência Social de maneira geral. É importante salientar que o artigo A24 deixava claro que estava abordando aspectos tanto do RGPS quanto do RPPS.

Gráfico 4 Regimes citados nas publicações



Quando se analisa a profundidade e a especificidade dos estudos em relação aos regimes, verifica-se que, apesar de haver mais pesquisas que tratam sobre a Previdência Social, mesmo que não especificando tipo de regime abordado, o Regime Geral da Previdência Social é muito pouco explorado, dado a sua relevância social e econômica para a população brasileira e, principalmente, dada a crise que tem enfrentado nos últimos anos. Santos (2009) mostra que o RGPS é um dos maiores programas de previdência do mundo, sendo um importante instrumento de combate à pobreza, embora represente um peso significativo para as finanças públicas brasileiras. Por sua vez, Favoni (2001), França (2004), Santos (2009) e Reis (2012) ainda destacam o impacto social e econômico do RGPS, constituindo-se em um distribuidor pessoal e regional de rendas, uma vez que representa, para mais de 2000 municípios, um terço do total brasileiro, mais que o repasse do Fundo de Participação Municipal (FPM), além de movimentar o comércio e a economia local e muitos municípios brasileiros. Outro fator importante é a incorporação dos trabalhadores rurais brasileiros ao RGPS, considerado o

maior programa de inclusão previdenciária do mundo, sendo, pois, reflexo da noção de universalização proposta pela Constituição de 1988 (MPS, 2009).

Além disso, os problemas enfrentados pela Previdência Social, dadas as transformações da sociedade como crescimento demográfico e envelhecimento da população, aumento da expectativa de vida, redução da taxa de fecundidade, merece atenção especial por parte dos pesquisadores para que se consiga manter a sustentabilidade financeira do sistema a longo prazo e a proteção social de milhões de brasileiros, obedecendo aos princípios constitucionais de universalidade, justiça e igualdade social.

PESQUISADORES CITADOS E PUBLICAÇÃO EM PERIÓDICOS

Em relação aos autores mais referenciados nos artigos, verificou-se que alguns autores foram citados como base para a produção dos artigos, se repetindo em algumas publicações. Desses autores, foram selecionados os sete mais citados, todos nacionais. O total de autores citados leva em consideração o número de vezes em que ele foi citado em cada artigo e, por isso, este número ultrapassa o total de artigos, conforme se verifica na Tabela 2. Além disso, é importante salientar que na análise dos dados foi colhido apenas o nome do primeiro autor, uma vez que muitos tiveram seus trabalhos publicados em parceria com mais de um autor. Com base nesta análise, é possível, embora de maneira restrita, já que se trata de um evento específico da área de administração, traçar os principais pesquisadores no campo da Previdência, auxiliando os demais pesquisadores na busca por referências bibliográficas e por especialistas nacionais sobre o assunto, contribuindo para aumentar a rede de pesquisas e a troca de informações e conhecimentos.

Tabela 2 Número de autores citados por artigos

Autor	A2	A4	A8	A9	A10	A12	A13	A14	A15	A16	A19	A21	A25	A30	A32	Total
Fontes Filho			3			1									3	7
Rabelo	5		1		2										1	9
Capelo		1		2												3
Souza A.P						1	1	2			2		2			8
Giambiagi							2	3	4	5	3		9	1		27
Afonso L.E											1	4				5
Ellery Jr.												4	1			5

Como se observa, o autor mais citado foi Giambiagi, sendo citado 27 vezes em sete artigos dos 33 pesquisados. O autor é considerado um dos maiores especialistas do país na área de Finanças e Previdência Social. No presente

trabalho, o seu livro com maior número de referências foi o “Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar?” escrito juntamente com Mendonça, Beltrão e Ardeo, publicado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) em 2004. O outro livro que também aparece com frequência nas publicações é o “Impacto de Reformas Paramétricas na Previdência Social Brasileira” escrito em parceria com Zylberstajn, Afonso e Souza e publicado pela Revista Pesquisa e Planejamento Econômico em 2007.

Em seguida, encontra-se o autor Rabelo, com nove citações, sendo referenciado em quatro artigos diferentes. Souza A.P. foi citado oito vezes, porém em cinco artigos diferentes. Autores como Fontes Filho e Rabelo, discutem aspectos voltados para a Previdência Complementar, enquanto que os demais direcionam os debates para a Previdência Social. Autores internacionais como Malloy (1979), Esping-Andersen (1995; 1991) e os nacionais como Oliveira e Teixeira (1989), Vianna (2008), não tiveram destaque nos trabalhos analisados. Isso mostra que as pesquisas ainda carecem de teorias epistemológicas que tratam sobre a Previdência em um aspecto mais amplo dentro dos moldes do *Welfare State* e da teoria da Seguridade Social proposta no Plano Bismarckiano em 1888 e Beveridgiano em 1942, trazendo contribuições fundamentadas em experiências internacionais consolidadas.

Tendo em vista que o levantamento dos dados foi feito com base nos anais de eventos realizados pela ANPAD, buscou-se também analisar se além de serem apresentados nestes eventos os artigos foram publicados em algum periódico nacional ou internacional. Com base nos dados obtidos, verifica-se pela Tabela 3 que dos 33 artigos publicados, 12 artigos foram publicados em um período até o ano de 2011, ou seja, 36,36% do total. Desses artigos, três deles (A13, A20, A21) foram publicados em mais de uma revista, sendo que o A13 e A21 foram publicados tanto em periódicos nacionais (Revista de Administração Mackenzie e Revista de Economia Anpec) e internacionais (Redalyc-Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal e Economic Analysis Law Review). Do total dos 12 artigos, três deles (A13, A18 e A21) foram publicados em revistas internacionais.

Já em relação ao tipo de revista cujos artigos foram publicados, notou-se que dois artigos foram publicados na Revista de Economia ANPEC. As

demais revistas se concentram basicamente nas áreas de administração empresarial e administração pública, economia, contabilidade e relações internacionais. Essa variedade de temas mostra que o tema que aborda aspectos da Previdência pode ser inserido em várias áreas do conhecimento, não se limitando apenas à área da administração pública. Isso se comprova pelo fato de que das 14 revistas apenas uma delas refere-se especificamente à área de administração pública (Revista de Administração Pública).

Tabela 3 Publicação dos artigos em Periódicos

Artigo	Revistas de publicação do artigo
A2	ADM-MADE- Revista do Programa de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá
A9	Revista da Faculdade Campo Limpo Paulista FACCAMP
A12	Read- Revista Eletrônica de Administração
A13	Revista de Administração Mackenzie e Redalyc-Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
A14	IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
A15	Revista Brasileira de Economia
A17	Revista de Administração Pública
A18	Social Science Research Network
A20	Revista de Economia e Relações Internacionais e Revista de Economia ANPEC
A21	Revista Economia Anpec e Economic Analysis Law Review
A22	Organizações & Sociedade
A27	Revista de Contabilidade Financeira

O DÉFICIT NA PREVIDÊNCIA

Em virtude da grande discussão que se tem em torno da existência do déficit previdenciário e seus fatores determinantes (ALÉM, GIAMBIAGI, 1997; RIBEIRO, RIBEIRO, 2001; GIAMBIAGI *et al.*, 2004; MOURA; TAFNER; FILHO, 2007; GIAMBIAGI; ALÉM, 2008; LIMA *et al.*, 2012), buscou evidenciar neste trabalho quais as publicações dentre os 33 artigos coletados que retratam a questão do déficit previdenciário, seja no sistema privado ou público. Para Afonso

e Fernandes (2005), o sistema previdenciário brasileiro, tanto para o setor público, quanto para o setor privado, tem gerado imensos déficits a cada ano. Para os autores, sendo as contribuições inferiores aos benefícios, as taxas de retorno devem ser maiores do que se houvesse equilíbrio entre ambos. Além disso, a Previdência Social incorporou novos segurados e expandiu o conjunto de benefícios oferecidos, implicando em crescimento das despesas de forma mais do que proporcional ao aumento das receitas.

Pela análise do conteúdo dos trabalhos, constatou-se que dos 33 artigos, 16 deles, ou seja, 48,5% retratam algum aspecto relacionado com a existência do déficit previdenciário. No entanto, eles se diferenciam no nível de profundidade em relação ao tema. Os artigos A1, A2, A4, A5, A7, A10, A25, A26, A27 e A29 apenas fazem uma ou duas referências ao problema do déficit previdenciário. No entanto, desses 16 artigos, seis deles (A3, A13, A15, A19, A21 e A23) tratam o tema com maior relevância, evidenciando a existência do déficit, explicando os motivos e citando autores que abordam o assunto.

De modo mais específico, o artigo A3, intitulado “A participação do sistema previdenciário no déficit público brasileiro”, publicado em 2001 no evento ENANPAD é o único que aborda questões relativas ao déficit previdenciário e que dedica um capítulo inteiro para discutir de forma empírica as despesas previdenciárias e o “propagado” déficit, expressão utilizada pelo autor. O artigo A13 evidencia os impactos das reformas da previdência na despesa previdenciária e, conseqüentemente, no déficit previdenciário, apresentando algumas medidas que poderiam reduzir o déficit do nível de 4% a 5% do PIB para 1,5%. Já o artigo A15 discute a existência do déficit previdenciário, porém no contexto dos Regimes Próprios de Previdência nos municípios, evidenciando que boa parte do déficit previdenciário de cada um dos municípios tem uma correlação direta com o período de vinculação desses municípios ao Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (IPSEMG). Por sua vez, o artigo A19 traz uma proposta de criação de um sistema único de previdência social para o Brasil e mostra, ao longo do trabalho, de que forma esse novo sistema reduziria o déficit existente no sistema previdenciário. O artigo A21 traz um panorama do déficit na previdência privada fechada ou fundos de

pensão, enfocando em um capítulo os motivos da ocorrência do déficit neste setor da previdência. E, por último, o artigo A23 analisa o impacto dos critérios de elegibilidade do regime geral e próprio de previdência social nas contas previdenciárias, justificando sua pesquisa o fato de que os regimes de previdência social representam um contingente mensal de aproximadamente 47 milhões de brasileiros contribuintes ativos e de suas contas já se apresentarem deficitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou levantar as publicações referentes à Previdência Brasileira nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) nos anos de 1997 a 2011, com o intuito de analisar o que tem sido pesquisado sobre o tema Previdência no contexto brasileiro, mais especificamente na área de administração. A busca foi feita por meio de palavras chaves, como *previdência*, *social* e *fundos de pensão*, pois assim seria possível encontrar todos os artigos que fizessem referência aos vários tipos de regime existentes e não só a Previdência Social.

De maneira geral, verificou-se que o evento com maior número de publicações é o ENANPAD, com 25 artigos publicados, correspondendo a 75,7% do total. Posteriormente, destaca-se o ENAPG apresentando cinco publicações, sendo que os demais eventos tiveram apenas uma publicação na área da Previdência ao longo dos 15 anos. Isso mostra a necessidade de pesquisas nas diversas áreas que permeiam a administração pública, principalmente na área previdenciária, já que a Previdência é uma das questões chaves do governo federal, especialmente quando se considera que ela é peça fundamental para a resolução da crise fiscal do país, garantindo, assim, a possibilidade reduzir o desequilíbrio fiscal dos sistemas e torná-los atuarialmente mais justos.

Além disso, evidenciou-se que o local da realização do evento não representa um estímulo à pesquisa, já que foi constatado que dos 33 primeiros autores, apenas em três deles a Unidade Federativa coincidiu com a Unidade Federativa do evento. Outro fator relevante observado refere-se à questão dos regimes mais citados. Quando se analisa a profundidade dos estudos em relação aos regimes, verifica-se que o Regime Geral da Previdência Social é muito pouco explorado, principalmente quando se verifica a sua importância social e econômica para a população brasileira. Isso mostra que o RGPS de âmbito nacional e aplicável a todos os trabalhadores do setor privado, aos funcionários públicos celetistas e aos servidores titulares de cargos efetivos não vinculados a regime próprio sendo, portanto, o que possui maior peso na Previdência, com maior número de beneficiários e

contribuintes, merece uma atenção maior por parte dos pesquisadores. Essa atenção se deve, haja vista sua dimensão e importância para as finanças públicas brasileiras e a urgência de se debater alternativas para os seus inúmeros problemas, tais como déficit, desequilíbrio entre contribuições e benefícios, sonegações e fraudes, desigualdade na concessão de benefícios. A questão do déficit da Previdência, por exemplo, assume importância crescente nos estudos sobre a Previdência, já que com o passar dos anos, a tendência é de que o número de contribuintes diminua (por questões relativas à diminuição da natalidade, por exemplo) e o de beneficiários aumente (aumento da expectativa de vida e urbanização), acentuando ainda mais o desequilíbrio entre receitas e despesas. No entanto, com base nas análises foi possível concluir que apenas seis artigos dos 33 analisados retratam com maior profundidade e munidos de teorias e autores que abordam a questão do déficit previdenciário.

Os resultados da pesquisa evidenciam, portanto, uma quantidade limitada de artigos sobre a temática previdenciária. Dessa forma, se tomar como ponto de referência a ANPAD, entende-se que a produção no campo, no Brasil, dada a importância da Previdência na vida social e econômica dos cidadãos, ainda é pequena.

Dessa forma, recomenda-se realizar pesquisas futuras com estudos mais aprofundados sobre a Previdência, não apenas trazendo diagnósticos, mas com propostas para os problemas da Previdência e alternativas de reformas para que, assim, a Previdência possa se consolidar como mecanismo de proteção social, cobrindo toda população de brasileiros sem, para isso, onerar o sistema financeiro do país. Além disso, sugere-se que sejam feitas outras comparações mais detalhadas entre conteúdos de publicações em periódicos e anais de congressos, a fim de evidenciar possíveis ênfases temáticas entre as duas formas de divulgação de trabalhos científicos nas áreas da Previdência, não só em Administração, mas também em outras áreas do ensino, tais como economia, contabilidade, ciências sociais e ciências políticas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, L. E.; FERNANDES, R. Uma Estimativa dos Aspectos Distributivos da Previdência Social no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 3, p. 295-334, 2005.
- ALBUQUERQUE, C.; OLIVEIRA, C. B. Antonio Gonçalves de. O E-government como instrumento de accountability e disclosure para a sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Municipal. **Gestão Contemporânea**, ano 9, n. 12, p. 273-292, 2012.
- ALÉM A. C. D.; GIAMBIAGI F. **Despesa previdenciária**: análise da sua composição, efeitos da inflação e bases para uma alternativa intermediária de reforma. Texto para discussão, n. 374. Rio de Janeiro: PUC, 1997.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BATICH, M. Previdência do Trabalhador: uma trajetória inesperada. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n.3, p. 33-40, 2004.
- BELTRÃO, K.; LEME, F.; MENDONÇA, J.; SUGAHARA, S. **Análise da estrutura da Previdência Privada Brasileira**: Evolução do Aparato Legal. Texto para discussão n° 1043. Rio de Janeiro: IPEA 2004.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Previdência Social**: Reflexões e Desafios. Brasília: Coleção Previdência Social, Série Estudos, v. 30, p. 2009.
- CAETANO, M. A. **Determinantes da sustentabilidade e do custo previdenciário**: aspectos conceituais e comparações internacionais. Texto para Discussão n. 1.226. Brasília: IPEA, 2006.
- CALAZANS, F. F.; SOUZA, M. V.; HIRANO, K. D.; CALDEIRA, R. M.; SILVA, M. L. P.; ROCHA, P. E. T.; CAETANO, M. A. A importância da unidade gestora nos regimes próprios de Previdência Social: análise da situação dos estados e do Distrito Federal. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 2, p. 275-304, 2013.
- CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 14.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.
- CORDEIRO, G. F. **O Regime Geral de Previdência Social**: Diagnósticos estruturais críticos e propostas de reformas. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006.
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, p. 85-116, 1991.
- _____. O futuro do *Welfare State* na nova ordem mundial. **Lua Nova**, n.35, p. 73-111, 1995.
- FAVONI, C. A **Previdência Social Brasileira como política pública de renda nos**

municípios de Londrina/PR. Londrina: Conjuntura Social, 2001.

FERNANDES, Francisco Carlos. **Uma contribuição à estruturação da atividade de controladoria em entidades fechadas de previdência privada:** uma abordagem da gestão econômica, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2000.

FERRARO, S. A. **O Equilíbrio Financeiro e Atuarial nos Regimes de Previdência Social:** RGPS – Regime Geral de Previdência Social, RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, RPP – Regime de Previdência Privada. Rio de Janeiro: Eumen Juris, 2010.

FISCHER, T. Administração pública como área do conhecimento e ensino: A trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 24, n. 4, p. 278-288, 1984.

FLEURY, S.; BLOCH, R.; BRAVO, R.; BICUDO, V.; BALASSIANO, M. **Análise do perfil dos artigos publicados na Revista de Administração Pública no período 1992-2002.** Rio de Janeiro: EAESP/FGV, 2003.

FRANÇA, Á. S. **Previdência Social e a Economia dos Municípios.** 5.ed. Brasília: ANFIP, 2004.

GIAMBIAGI, F. MENDONÇA, J. L. de o, BELTRÃO, K. I. VAGNER, L. **A Diagnóstico da previdência social no Brasil:** o que foi feito e o que falta reformar? Pesquisa e Planejamento econômico, v.34, n.3, p. 1-18, 2004.

GIAMBIAGI, F. **Reforma da previdência:** O encontro marcado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas:** Teoria e Prática no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica.** São Paulo: Makron Books, 2006.

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; ROSSONI, L.; FERREIRA Jr., I. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 4, p. 655-680, 2008.

IBRAHIM, F. Z. **A Previdência social no estado contemporâneo:** fundamentos, financiamento e regulação. Niteroi/RJ: Impetus, 2011.

JULIANO, R. **Manual de perícias.** Rio Grande: Gráfica Palotti, 2005.

LEITE, R.A.; JUNIOR N.L.V.; KOTZLE, C.M. Previdência Social: fatores que explicam os resultados financeiros. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 22, p. 437-57, 2010.

LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. Metatriangulação: A construção de teorias a partir de múltiplos paradigmas. **Revista de Administração de Empresas**, v.45, n.1, p. 72-91, 2005.

LIMA, D. V. de; WILBERTO, M. D.; PEREIRA, J. M.; PAULO, E. O Impacto do Fator

Previdenciário nos Grandes Números da Previdência Social. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 23, n. 59, p. 128-141, 2012.

LUIZ, A. J. B. Meta-análise: definição, aplicações e sinergia com dados espaciais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília**, v.19, n.3, p.407-428, 2002.

MACIEL, F. R. **Controladoria de gestão na PREVI**: modelos, apoio à governança e Lei complementar 108. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MALLOY, J. M. **The Politics of Social Security In Brazil**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1979.

MELO, M. A. de.; AZEVEDO, S. de. **O processo decisório da reforma tributária e da previdência social**: período de 1994 a 1998. Brasília: ENAP, 1998.

MENEZES, F.R. de.; ALBINO, A.P.; ALMEIDA, M.I. S. de.; SILVA, F. C. da; Responsabilidade Social Corporativa: uma meta análise de periódicos nacionais e eventos da ANPAD. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 8., 2011, Resende. **Anais...** Resende, 2011.

MONNERAT, G. L.; SENNA, M. C. Seguridade Social no Brasil: dilemas e desafios. In: MOROSINI, M. V.; REIS, J. R. F. **Sociedade, Estado e direito à saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. Da Seguridade Social à intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Revista Katál**, v. 14, n. 1, p. 41-49, 2011.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

MOURA, R. L. de.; TAFNER, P.; FILHO, J. de J. Testando a Propriedade Redistributiva do Sistema Previdenciário Brasileiro: Uma Abordagem Semi-Paramétrica. In: TAFNER, P.; GIAMBIAGI, F. **Previdência no Brasil**: debates, dilemas e escolhas. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

OLIVEIRA, L. R. de; PONTE, V. M. R. O papel da controladoria nos fundos de pensão. In: Congresso Internacional de Custos, 9., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Brasileira de Custos, 2005.

OLIVEIRA, J. A de A.; TEIXEIRA, S. M. F. **(IM) Previdência social**: 60 anos de história da previdência no Brasil. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

PEREIRA JR., A. **Evolução histórica da Previdência Social e os direitos fundamentais**. Teresina: Jus Navigandi, 2005.

PEREIRA, R. C. F. Explorando Conceitos e Perspectivas da Meta-Análise em Marketing. . In: ENANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2004.

RABELO, F. M. **Regimes Próprios de Previdência: Modelo Organizacional, Legal e de Gestão de Investimentos**. Brasília: MPAS; SPS, 2001.

REIS, P. R. da C. **Política pública de previdência social e o nível de bem-estar: impacto sobre as famílias e municípios de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2012.

REIS, P. R. da C.; SILVEIRA, S. de F. R.; BRAGA, M. J. Previdência social e desenvolvimento socioeconômico: impactos nos municípios de pequeno porte de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 47, n. 3, p. 623-646, 2013.

RIBEIRO, M. M.; RIBEIRO, E. M. A Participação do Sistema Previdenciário no Déficit Público Brasileiro. In: EnANPAD, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: Anpad, 2001.

OLIVEIRA, L. R. de; PONTE, V. M. R. O papel da controladoria nos fundos de pensão. In: Congresso Internacional de Custos, 9., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Brasileira de Custos, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, C. A abordagem processual no estudo da tradução: uma meta-análise qualitativa. **Cadernos de Tradução, Florianópolis**, v. 2, n. 10, 2009.

SANTOS, D. F. C. Dos. **Previdência Social no Brasil 1923- 2009: Uma Visão Econômica**. São Paulo: AGE: 2009.

SCHYMURA, L. G.; LANNES, O. P.; PERDIGÃO, L. A. Estimativa do passivo previdenciário dos estados. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 1, p. 49-81, 2001.

SILVA, A. A. A Reforma da Previdência Social Brasileira: entre o direito social e o mercado. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 3, p. 16-32, 2004.

SILVA, A. L. H. da C. A evolução histórica da previdência social no Brasil. **Unieducar**, Fortaleza, ano XI, n. 5353, 2010.

TSUTIYA, A. M. **Curso de direito da seguridade social**. São Paulo: Saraiva, 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIANNA, M. L. T. W. A Seguridade Social e o SUS: revisitando o tema. **Saúde e Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 7-22, 2005.

VIANNA, M.L.W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan-IUPERJ/UCAM, 1998.

* Beneficiário de auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

DADOS DOS AUTORES

LARA LÚCIA DA SILVA* *laraluciads@gmail.com*

Mestre em Administração Pública pela UFV

Instituição de vinculação: Universidade Federal de Viçosa

Viçosa/MG – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Administração Pública, Políticas Públicas e Previdência Social.

* *Av. PH Rolfs, s/n, Campus Universitário – Departamento de Administração
Centro Viçosa/MG 36571-000*

THIAGO TEIXEIRA DE MELO DA COSTA *thiagocosta@ufv.br*

Doutor em Economia Aplicada pela UFV

Instituição de vinculação: Universidade Federal de Viçosa

Viçosa/MG – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Previdência, Gestão de Risco e Finanças Corporativas.

LAURA LOREDANA CRISÓSTOMO NOBRE *lauraloredananobre@hotmail.com*

Bacharel em Ciências Contábeis pela Unimontes

Instituição de vinculação: Universidade Estadual de Montes Claros

Montes Claros/MG – Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Previdência Social.